

Sumário

Introdução.....	1
1. Microcrédito como Instrumento de Empoderamento Social	13
1.1 Origem do microcrédito a partir de Muhammad Yunus	18
1.2 Microcrédito em Bancos de Investimento na América Latina.....	32
1.3 Microcrédito como política pública de superação da pobreza	39
1.4 Microcrédito no constitucionalismo brasileiro	50
1.5 Inserção e desenvolvimento do microcrédito a partir do constitucionalismo brasileiro	59
2. Desenvolvimento Social e Econômico - Recursos Públicos e Redistribuição de Riquezas	73
2.1 Crescimento econômico e desenvolvimento humano	73
2.2 Reflexões de John Rawls, Amartya Sen, Martha Nussbaum e Thomas Piketty acerca da redistribuição de riquezas.....	80
2.3 Direito social ao trabalho decente como resgate da dignidade humana.....	99
3. Destinação Orçamentária: Controle e Fiscalização dos Recursos Públicos	107
3.1 Princípios orçamentários da administração pública.....	108
3.2 Legislação orçamentária	114
3.3 Mecanismos de controle e fiscalização	120
3.3.1 Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União	126
3.3.2 Controle da Administração Pública pelo Ministério Público...	133
3.3.3 Controle da Administração Pública pelo Poder Judiciário	137
3.3.4 Controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo	144

3.3.5 Controle do Banco Central	148
3.3.6 Controle do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral União.....	152
4. Análise do Acórdão nº 1271/2018 – TCU, que Realiza Auditoria sobre a Efetividade das Ações do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.....	157
4.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE: principal instrumento de política pública de desenvolvimento para a Região Nordeste	158
4.1.1 Programas subsidiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	162
4.2 Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União em face do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB	167
4.2.1 Relatório da auditoria do TCU com base na Lei n. 7.827/89, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal de 1988	170
4.2.2 A efetividade ou (in)efetividade das ações do Banco do Nordeste na execução das políticas públicas e nas ações financiadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	176
4.2.3 Decisum do Órgão Colegiado em Sessão Ordinária do Tribunal de Contas da União	188
5. Propositura de Mecanismo de Controle e de Fiscalização dos Recursos Públicos Destinados ao Microcrédito	197
5.1 Empréstimo de microcrédito e os impactos do Programa Crediamigo no crescimento econômico da Região Nordeste brasileira	197
5.2 Microcrédito Rural e o Programa Agroamigo.....	216
5.3 Denúncia contra Muhammad Yunus pelo mau uso das verbas públicas destinadas ao microcrédito.....	234

5.4 Denúncia contra o Banco do Nordeste do Brasil S/A por descumprimento de lei	236
5.5 Prestação de contas nas Organizações Não Governamentais	242
5.6 Propositura de mecanismo de controle e de fiscalização dos recursos públicos destinados ao microcrédito	245
Conclusão	259
Referências	273

Anexos

Anexo A.....	331
Anexo B	333
Anexo C.....	343